

IA. I. N° - 935919201
AUTUADO - JOSEFINA SILVA ALESI
AUTUANTE - PAULO ROBERTO CAMPOS MATOS
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 21.12.2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0473-01/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. REUTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO. O autuado comprova que as notas fiscais indicadas pelo autuante são relativas à remessa de mercadorias para venda fora do estabelecimento por meio de veículo. O autuante reconhece o equívoco da autuação. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado no trânsito de mercadorias em 29/09/2005, exige ICMS no valor de R\$843,94, acrescido da multa de 100%, em decorrência de reutilização de documento fiscal. Consta na descrição dos fatos no Termo de Apreensão de Mercadorias n°. 1333956, que as mercadorias foram encontradas em trânsito na BA.093, acompanhadas com Notas Fiscais de n°s 0301 e 0302, com datas de emissão e saída de 01/09/2005, ficando evidente a utilização dos documentos fiscais para acobertar mais de uma vez o trânsito de mercadorias.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fls.19/23), na qual afirma que é uma empresa de empacotamento de condimentos e que depois de empacotada, a mercadoria é destinada à venda através de visita a estabelecimentos comerciais.

Prossegue, dizendo que em 01/09/2005, o veículo foi abastecido, no intuito de visitar diversos estabelecimentos no interior do Estado da Bahia, em busca de compradores para os seus produtos.

Acrescenta que o veículo só retorna a origem quando as vendas são bem sucedidas e o estoque de mercadorias termina, para reabastecimento e posterior envio para o interior, ou quando o mês encerra, tendo que realizar o balancete contábil, para emissão dos documentos necessários para pagamento do ICMS.

Evoca o princípio da legalidade inserto no artigo 5º, II, da Constituição Federal, para sustentar que o Auto de Infração é insubsistente, pois não cometeu nenhuma infração, muito menos a atribuída na presente autuação, que é a reutilização de nota fiscal.

Afirma de forma veemente que o veículo não circulou mais de uma vez, tendo saído da sede da empresa e iniciado o seu trabalho mensal de visitas aos estabelecimentos comerciais localizados no interior do Estado da Bahia, visando a venda de seus produtos.

Conclui, requerendo a improcedência do auto de infração.

Na informação fiscal (fl.31) o autuante reconhece o argumento do autuado, esclarecendo que a Nota Fiscal 301, é a nota mãe emitida para venda fora do estabelecimento.

Acrescenta que no momento da autuação não foi feita a contagem de estoque para saber a real quantidade de mercadoria existente e as suas respectivas notas de saídas. Afirma que o processo como está consubstanciado não tem elementos que o caracterize como infração ao artigo 209, VI, 911 e 913 do RICMS/97.

VOTO

Preliminarmente, registro que estão presentes os pressupostos de validação do processo. Tanto o Termo de Apreensão como o Auto de Infração foram lavrados com a observância das exigências previstas no artigo 18, seus incisos, alíneas e parágrafos, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF/99.

No mérito, se exige imposto do autuado sob a alegação de reutilização de documento fiscal, precisamente as Notas Fiscais de nºs 0301 e 0302. Segundo o autuante por terem datas de emissão e saída de 01/09/2005, ficou evidente a utilização dos documentos fiscais para acobertar mais de uma vez o trânsito de mercadorias.

Verifico que o autuado ao apresentar a sua peça defensiva, sustenta serem as suas mercadorias destinadas à venda através de visita a estabelecimentos comerciais por meio de veículo, sendo o que ocorreu com as Notas Fiscais de nºs. 0301 e 0302, que são notas fiscais de remessa.

Constato, ainda, que o autuante reconhece o argumento do autuado, esclarecendo, inclusive, que a Nota Fiscal 0301, *“é a nota mãe emitida para venda fora do estabelecimento.”*

Diante do exposto, considerando que o próprio autuante admite que a autuação não contém elementos que possibilitem a caracterização da irregularidade apontada, a infração é insubsistente, pois não infringidos os artigos 209, VI, 911 e 913 do RICMS/97.

Voto pela improcedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **935919201**, lavrado contra **JOSEFINA SILVA ALESI**.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de dezembro de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA- PRESIDENTE

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR